

Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes¹

Márcia Franz Amaral

“... el conjunto de una catástrofe es privilegio de espectadores, no de protagonistas...”

Juan José Saer

O discurso jornalístico sobre uma catástrofe ambiciona o inenarrável. Cabe a ele organizar o caos e dar sentidos ao acontecimento. Como afirma Santos (2005, p. 82), o carácter revelador de um macroacontecimento compreende-se pela injeção de sentidos num acontecimento que começa “em bruto”. A cobertura jornalística inicia com um exaustivo esquadramento do ocorrido. Discursos de outros campos sociais são então acionados para explicar as causas, medir as consequências e tornar públicas as experiências vivenciadas. O jornalismo funciona, nestas ocasiões, como um sistema perito (Miguel, 1999). Depois de esgotadas as primeiras reconstituições, contabilizadas as vítimas e relatado o entorno emocional, cabe ainda ao jornalismo estabilizar os sentidos, num discurso de prevenção

¹ Publicado, com o mesmo título e conteúdo, na revista *Líbero*, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. 2015.

e de superação. Afinal, a narrativa também é o “início da recuperação” (Ripley, 2008, p. 16).

A cobertura jornalística é uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico, presidida, sobretudo, pela busca das causas da tragédia e de seus responsáveis. O discurso jornalístico vale-se da fala de agentes sociais para recompor a cena e, neste processo, busca diversas fontes jornalísticas e concede para as suas declarações determinados papéis. Em pesquisas anteriores, percebemos que na cobertura de desastres a manifestação das fontes se dá de maneira diferente da cobertura factual. Assim, analisamos como os desastres ambientais são construídos por intermédio das fontes jornalísticas quando essas são alocadas no discurso de revistas semanais nessas coberturas.

Cabe ressaltar que, no que diz respeito especificamente às tragédias que envolvem o ambiente, elas não são mais circunscritas à expressão “desastres ambientais”, mas têm sido consideradas acontecimentos ocasionados pela ação do homem, cada vez mais imbricados nos conceitos de risco e de vulnerabilidade social (Dupuy, 2006). Como afirma Lozano Ascencio, “si en el pasado muchos de los daños inexplicables se atribuían a los dioses, a la naturaleza o simplemente al destino, en la actualidad prácticamente todos los peligros que nos amenazan (..) se deben, en principio, a decisiones humanas (...)” (2004, p. 291).

Pesquisamos a cobertura de catástrofes que envolvem o ambiente nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* durante um ano. O corpus foi formado por 33 revistas com 41 matérias das quais foram destacadas 221 declarações de fontes jornalísticas.²

² O trabalho baseia-se na pesquisa financiada pelo CNPq intitulada “Testemunhos e experts nos acontecimentos das catástrofes ambien-

A primeira etapa do trabalho compreende uma reflexão mais ampla sobre o papel tradicional de cada tipo de fontes na cobertura jornalística. Para viabilizar a análise, dividimos as fontes em três tipos. Consideramos fontes autorizadas as pessoas com função de representação institucional, política ou organizacional. Fontes do tipo expert são as que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas. Fontes testemunhais aquelas que presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele. Numa segunda etapa, analisamos os efeitos valorativos de cada declaração utilizada no discurso das revistas. Sistematizamos algumas questões sobre a posição social, o papel, a representatividade e o grau de engajamento com a informação de cada uma delas na cobertura tradicional e na cobertura de eventos extremos como os pesquisados. Posteriormente, debatemos como os *Efeitos de Decisão*, de *Saber*, de *Opinião* ou de *Descrição e Veracidade* (Charau-deau, 2006) dão sentido a esses discursos.

Compreendemos o papel das fontes jornalísticas num primeiro momento com base na noção de campo e capital de Bourdieu (2005). Dependendo dos campos que estão em interação, dos capitais em disputa e da localização de jornalistas e fontes no interior do campo social, a relação fonte e jornalista se modifica. Consideramos que a posição e importância das fontes se constrói na estrutura social, embora o jornalismo possa, eventualmente, subvertê-las.

Trabalhamos com as fontes mencionadas, ou seja, com o âmbito da manifestação explícita das fontes, e não com aquelas utilizadas apenas no âmbito da produção (Alsina, 2009, p. 173). Afinal as fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, “já que são elas que se institucio-

tais”. Neste capítulo, entretanto, não nos detemos na análise de cada uma das revistas, nem nas especificidades das questões ambientais.

nalizam socialmente, são elementos essenciais para o estatuto da prevalência da verdade desses discursos” (2009, p. 174).

Para Charaudeau (2006, p. 152), no acontecimento midiático o dito relatado é o “encaixe de um dito em outro dito”, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. (2006, p. 162). Ou seja, um dito é retomado para ser reintegrado a um novo ato de enunciação. O discurso relatado produz prova de autenticidade, de responsabilidade, de verdade e de propósitos; Há um modo de denominação da fonte (nome, instituição, marcas de referência, a função, o status profissional) e uma modalidade de enunciação que indica a relação que a mídia mantém com a fonte.

Optamos também por analisar apenas as citações literais. Conforme Ramos (2007, p. 1), “o discurso direto está ao serviço estratégico da projecção de determinada imagem do locutor do discurso citante”. Para ele, a heterogeneidade enunciativa organiza-se em dois níveis diferentes. O primeiro decorre da variedade de fontes produtoras do texto (jornalistas, repórteres, cientistas), enquanto o segundo decorre de marcas evidentes de citação. O discurso jornalístico se constrói sobre estratégias polifônicas de evocação de vozes alheias. Ramos lembra ainda que o discurso direto não se constitui numa reprodução fiel do discurso original. O jornalista interpreta e retransmite o discurso, geralmente alterando-o, mesmo quando simula a pura transcrição de um enunciado alheio. Para o autor, as aspas indicam um vazio que o alocutário é convidado a preencher. Afirma Maingueneau que, além de eximir o enunciador das responsabilidades, o discurso direto “simula restituir as falas citadas” (2001, p. 140), cria autenticidade, distância do enunciador, e mostra-se objetivo e sério.

Testemunhos, pessoas autorizadas e experts podem aparecer de maneiras específicas no discurso das revistas,

mas, a princípio são convocados para provar a verdade do relato. Para Charaudeau (2006, p. 49), há três maneiras de fornecer provas de que algo é verdadeiro. O primeiro é a designação, que confere autenticidade ao que é mostrado, como se a verdade pudesse ser localizada no fenômeno. O segundo é a reconstituição do fato, por meio da qual se busca atingir a verossimilhança. E, por último, há a elucidação, que se realiza na explicação dos fatos. Os três tipos de fontes fornecem essas provas, sendo a designação e a reconstituição mais típicas das fontes testemunhais e a elucidação, mais característica das fontes experts e autorizadas. Eventualmente, com um caráter didático, às vezes por meio de infográficos, as fontes experts também auxiliam na reconstituição.

Passamos então a refletir sobre o papel atribuído a cada tipo de fonte e, num segundo momento, a analisar o papel de cada citação, tomando por base o valor do seu dito (Charaudeau, 2006, p. 168). Consideramos *Efeito de Decisão* quando a declaração vem de um locutor que tem o poder de decidir, ou seja, tem efeito performativo, pois é declaração ao mesmo tempo em que é a realização de uma ação. O *Efeito de Saber* vem de um locutor que tem autoridade pelo *Saber*, envolve as análises e as explicações. O *Efeito de Opinião* ocorre quando a declaração vem de um locutor que julga ou aprecia um fato, pode envolver avaliações. O *Efeito de Testemunho* emana de um locutor que descreve o que viu ou ouviu. Como diz Charaudeau (2006, p. 169), “a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida”. Optaremos neste trabalho por designar o *Efeito de Testemunho* como *Efeito de Descrição e Veracidade*, para que o termo testemunho, central na nossa pesquisa, possa ter um caráter mais

amplo. É preciso lembrar também que uma citação pode remeter a dois efeitos.

As fontes nas revistas analisadas

As revistas analisadas foram publicadas de janeiro a dezembro de 2011, e 33 delas abordaram o tema das catástrofes ambientais em 41 matérias. A revista que mais publicou matérias sobre catástrofes foi *IstoÉ*, com 17 matérias. *Veja* publicou 11 matérias, *Época*, 10, e *Carta Capital*, 3. Nas 41 matérias, houve citações literais de 221 fontes. A revista *Época* é a que, proporcionalmente, citou mais fontes, numa média de 7,9 fontes por matéria. *IstoÉ* usou uma média de 4,8 citações de fontes por matéria, *Carta Capital* usou média de 5 fontes e *Veja* utilizou 4,0 citações de fontes por matéria (Quadro 1).

Quadro 1 - Quantidade de Revistas, de matérias e de fontes analisadas

| | Época | IstoÉ | Veja | Carta Capital | Total |
|---|--------------|--------------|-------------|----------------------|-------------------------------|
| Revistas com matérias sobre catástrofes | 6 | 17 | 7 | 3 | 33 revistas |
| Matérias analisadas no total: | 10 | 17 | 11 | 3 | 41 matérias |
| Número de fontes nas matérias analisadas | 79 | 82 | 45 | 15 | 221 fontes |
| Média de fontes por matéria | 7,90 | 4,82 | 4,09 | 5,0 | 5,4 fontes por matéria |

Do total de 221 fontes utilizadas pelas revistas, a maioria delas foi testemunhal (97), seguida dos experts (78) e das autorizadas (46). Nas revistas *IstoÉ* e *Época*, as fontes predominantes foram as de tipo testemunhal. No caso de

Veja, o uso de declarações de fontes testemunhais e experts foi equivalente. Em *Carta Capital*, as fontes predominantes foram as experts, como vemos a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipos de fontes por revista

| | Época | Veja | IstoÉ | Carta Capital | Total |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|---------------|-----------|
| Total de fontes testemunhais | 30 37,97% | 21 46,67% | 45 54,88% | 1 6,6% | 97 43,89% |
| Total de fontes experts | 26 32,91% | 21 46,67% | 20 24,39% | 11 73,3% | 78 35,29% |
| Total de fontes autorizadas | 23 29,11% | 03 6,67% | 17 20,73% | 3 20% | 46 20,81% |

Passamos então a descrever as fontes autorizadas e seus papéis na cobertura analisada, para posteriormente abordarmos as fontes expert e as testemunhais.

Fontes autorizadas: tergiversação

Rotineiramente, o repórter confia em informações provenientes de fontes já constituídas e sistematicamente organizadas, sobretudo fontes que denominamos neste trabalho de autorizadas, ou seja, aquelas consagradas que representam instituições de poder, que exercem certo controle e que têm responsabilidades determinadas. Para Wolf, os jornalistas preferem fazer referência a fontes oficiais ou a ocupantes de posições institucionais de autoridade, que, presumidamente, têm maior credibilidade. Elas não podem mentir abertamente e são consideradas mais persuasivas em virtude de suas ações e opiniões serem oficiais. Entretanto, constatamos que a visibilidade deste tipo de fonte se modifica nas coberturas sobre desastres.

Ao contrário do que podemos supor, que cabe a elas tomar decisões na hora da crise e do caos, concluímos que há uma postura de tergiversação. As citações literais atribuídas às fontes autorizadas com função de representação institucional, política ou organizacional predominante-

mente enquadram-se nos efeitos *Opinar* e *Saber* (Quadro 3). E minoritariamente referem-se ao *Efeito de Decisão*. Entretanto, trata-se de efeitos de *Opinar* e de *Saber* genéricos, sem que responsabilidades sejam assumidas.

Quadro 3 - Efeitos valorativos das declarações das fontes autorizadas

| | Época | Veja | IstoÉ | Carta Capital | Total de citações com a valoração | Porcentagem de cada valoração |
|------------------|-------|------|-------|---------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| <i>Opinião</i> | 11 | 3 | 2 | 2 | 18 | 41,86% |
| <i>Saber</i> | 7 | - | 8 | 2 | 17 | 39,53% |
| <i>Decisão</i> | 5 | 0 | 3 | | 8 | 18,60% |
| <i>Descrição</i> | - | - | - | | - | - |

As revistas as autorizam a falar de maneira dissimulada, como se não tivessem nenhuma responsabilidade pela catástrofe. Há um deslizamento das manifestações, de maneira a que o leitor não perceba que o próprio locutor, a autoridade, é quem deveria fazer o que ela mesma está propondo.

Para Serra (2015), é precisamente em relação às catástrofes que a natureza da política contemporânea se revela de forma clara, pois o político é obrigado a demonstrar que as catástrofes não se devem nem à sua ação nem à sua não ação – “que ele (político) é, paradoxalmente, um agente que é um não agente, um agente que está para lá do dilema entre acção e não acção”. Conforme o autor, verbos como “prever” ou “planificar” são, cada vez mais, substituídos por fórmulas como “esperamos que”, “acreditamos que”, que colocam a atividade entre a astrologia e a meteorologia. Ou seja, destaca-se a dissimulação.

“É a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres”

(IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011), comentou o governador Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes. A própria presidente, Dilma Rousseff, reforça essa visão. “Ocupação irregular no Brasil não é exceção, é regra” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

“Não houve aviso de que poderia haver aquela tragédia”, diz o prefeito de Teresópolis (Época, ed. 661, jan. 2011). “Tem que haver um treinamento prévio para que as pessoas sejam avisadas”, afirma o secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc (Época, ed. 661, jan. 2011).

O discurso das fontes autorizadas nas matérias já surge despolitizado, integra uma situação em que não toma para si as responsabilidades que lhe cabem no momento presente. Partimos da noção de Charaudeau de que “toda a palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano” (2008, p. 8). “Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (2008, p. 40).

Nota-se que a estratégia de tergiversação é contínua nas declarações, com o deslocamento da responsabilidade do Poder Público para um lugar nebuloso. Constata-se que o *ethos* da competência, tão presente nas campanhas políticas, desaparece no discurso político frente à catástrofe, primeiramente, porque, diante de tamanhas proporções dos fatos, é difícil responsabilizar somente um campo social. Em segundo lugar, o próprio discurso político não pretende inferir que tenha alguma responsabilidade sobre os fatos. Em terceiro lugar, porque efetivamente as ações políticas, historicamente, não têm dado conta das questões ambientais que envolvem as catástrofes que estudamos. Assim, cabe à fonte auto-

rizada negar que pessoalmente tenha alguma responsabilidade sobre o fato. Retira-se da cena, colocando as ações possíveis num passado ou futuro distante, negando que integra um campo que detém a responsabilidade pela prevenção da tragédia.

No discurso de justificação, Charaudeau cita várias estratégias do político. Entre elas, a evocação do caráter não intencional do ato, buscando atenuar qualquer responsabilidade; o argumento de que tudo seguiu “a ordem natural das coisas”; o argumento da ignorância – que afirma que o sujeito não sabia das consequências dos seus atos ou, ainda, o argumento de que é impossível julgar atos do passado. Todos estes argumentos somados são encontrados no discurso das fontes autorizadas. Nessas coberturas, o discurso jornalístico se utiliza dessas citações para manter uma ideia difusa de um Estado ineficiente.

Fontes experts: postura crítica

As fontes experts, que detêm conhecimentos especializados e competências específicas, costumam ser bastante interpeladas na cobertura de desastres. Participam ativamente da cobertura e dedicam-se não só a explicar cientificamente os fatos, como é o esperado, mas nesta pesquisa destacam-se por suas declarações opinativas, avaliativas e propositivas. Os experts têm aparecido como fontes que determinam o enquadramento da matéria não só porque trazem informações consideradas científicas e legítimas mas porque pautam, inclusive, os questionamentos aos representantes do Poder Executivo. Em nossa pesquisa, comprovamos que o discurso jornalístico se utiliza dos efeitos de *Saber* da manifestação dos experts para construir um conhecimento sobre o fato, como é recorrente, mas tam-

bém para opinar de maneira crítica, questionando as fontes autorizadas, sobretudo aquelas ligadas ao Poder Público (Quadro 4).

Quadro 4 - Efeitos valorativos das declarações das fontes experts

| | Época | Veja | IstoÉ | Carta Capital | Total de citações com a valoração | Porcentagem de cada valoração |
|------------------|-------|------|-------|---------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| <i>Saber</i> | 16 | 19 | 14 | 5 | 54 | 60,00% |
| <i>Opinião</i> | 16 | 5 | 7 | 7 | 35 | 38,88% |
| <i>Descrição</i> | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 01,11% |
| <i>Decisão</i> | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - |

A presença majoritária do papel de *Saber* quando são computadas as ocorrências nas quatro revistas confirma a práxis jornalística de contar com os experts para explicar o que aconteceu. O que surpreende nesses números é alta ocorrência da valoração do efeito *Opinião* que, neste caso, destina-se a um papel específico: apontar os culpados e atribuir responsabilidades pelos desastres.

Sponholz (2008) lembra que, do ponto de vista epistemológico, jornalistas e cientistas têm diferentes formas de acesso à realidade, com base, respectivamente, no singular e no universal. O jornalista pode conhecer mais sobre um fato isolado do que um cientista, mas talvez o jornalista tenha dificuldade em reconhecer certas conexões. “Nesse contexto insere-se o expert e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça” (Sponholz, 2008). O protótipo do expert é o cientista. Para Sponholz, em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar. Além disso, os experts têm a imagem de fonte neutra que

não necessita ser confrontada. Entretanto, Sponholz lembra que há experts que pertencem a organizações que buscam influenciar na cobertura jornalística e, principalmente, nas políticas públicas. Há experts do tipo *newsmakers*, os do tipo *think tanks*, que pertencem a organizações que buscam influenciar na cobertura jornalística e nas políticas públicas, e os de tipo *newsshapers*, que se restringem a fornecer informações no âmbito interpretativo (Sponholz, 2008). Estes últimos seriam os experts típicos, supostamente desinteressados, enquanto os outros compõem o relato de um dos lados da história.

Em nossa pesquisa, mapeamos uma postura pouco usual das fontes experts: “O Brasil não é Bangladesh e não tem nenhuma desculpa para permitir, no século XXI, que pessoas morram em deslizamentos de terra causados por chuvas” (Carta Capital, ed. 630, jan. 2011). A crítica da consultora externa da ONU e diretora do Centro para Pesquisa da Epidemiologia de Desastre, Debarati Guha-Sapir, resume com precisão o absurdo da tragédia em questão.

“Ninguém mora em área de risco porque quer ou porque é burro, e sim porque não tem nenhuma opção de moradia para a renda que possui”, irrita-se a urbanista Raquel Rolnik (Carta Capital, ed. 630, jan. 2011).

“Estamos falando de décadas e décadas de administrações omissas”, diz o cientista político Luiz Werneck Viana. “Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares acontecem, faltou aos Estados desenvolver planos para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e da habitação” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

“Os governos só têm uma visão míope que só vale para os quatro anos de mandato”, critica David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veiga de Almeida. “Estado, município e federação

tem obrigação de trabalhar de forma integrada. Mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas” (IstoÉ, ed. 2149, jan. 2011).

Em situação de riscos, a presença de fontes competentes se impõe, pois elas organizam a compreensão do fato sem necessariamente terem que se posicionar claramente. Entretanto, nos casos analisados, foram justamente seus posicionamentos que chamaram atenção. As fontes do tipo expert apareceram no discurso das revistas como definidoras primárias (Hall, 1978).

Fontes testemunhais: descrição e emoções

Em geral, quem não exerce poder na sociedade, não ocupa cargo ou não tem representatividade econômica não tem voz na notícia, a menos que suas ações produzam efeitos noticiáveis moral ou socialmente negativos (Gans *apud* Wolf, 1999). Na cobertura de desastres, as fontes testemunhais têm papel fundamental. A elas cabe, sobretudo, comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever.

As fontes testemunhais são consideradas aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele. Nas quatro revistas, as fontes testemunhais tiveram o papel prioritário de *Descrição*, seguido do papel de *Opinião*. Eventualmente suas declarações tiveram o papel de *Saber* e raramente tiveram o papel de *Decisão* (Quadro 5). Percebemos que determinadas posições costumam ser interditas para as fontes populares e testemunhais. Dificilmente uma matéria vai dar a palavra para que uma fonte testemunhal mostre uma opinião contundente e crítica sobre o fato ou poder de *Decisão* sobre o acontecido. A característica da fala do testemunho é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento e da busca de solução individual.

Quadro 5 - Efeitos valorativos das declarações das fontes testemunhais

| | Época | Veja | IstoÉ | Carta Capital | Total de citações com a valoração | Porcentagem de cada valoração |
|------------------|-------|------|-------|---------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| <i>Descrição</i> | 17 | 14 | 10 | 1 | 42 | 54,54% |
| <i>Opinião</i> | 13 | 8 | 5 | 0 | 26 | 33,76% |
| <i>Saber</i> | 0 | 2 | 5 | 0 | 7 | 09,09% |
| <i>Decisão</i> | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 02,59% |

O *Efeito de Descrição* contribui para a reconstituição do fato, etapa fundamental da cobertura jornalística. Entretanto, trata-se de uma *Descrição* que envolve aspectos patêmicos dos desastres, pois é um discurso que informa e emociona ao mesmo tempo.

“Ainda sinto o cheiro daquela lama que descia pelo morro. Não consegui dormir desde então” (Veja, ed. 2200, jan. 2011).

“Eu só tinha um buraquinho para respirar. O cachorro da vizinha ouviu meus gritos e começou a latir. Foi quando me encontraram” diz a menina (Veja, ed. 2205, fev. 2011).

Richard Davidson, de 25, despertou com gritos dos vizinhos. “De repente, tudo começou a tremer debaixo de meus pés”, diz (Época, ed.288, jan. 2011).

Márcio Lopes, de 30 anos, acordou com o estrondo e foi até a janela. [...] “De repente começaram a descer pedra, madeira e muitas pessoas levadas pela correnteza”, diz Márcio (Época, ed. 228, jan. 2011). “Vi corpos na calçada, presos em galhos de árvores que a enxurrada trouxe, em todos os lugares”, diz (Época, ed.228, jan. 2011).

Constatamos que, quando as declarações das fontes testemunhais têm o *Efeito de Opinião*, elas se circuns-

crevem a manifestações pessoais que buscam algum tipo de conforto, como, por exemplo, declarações de que a pessoa sobreviveu para fazer o bem ou que a chuva não escolheu ricos ou pobres. Não se trata de opiniões mais críticas ao Poder Público ou aos problemas sociais que envolvem a tragédia. Para Charaudeau, as fontes de tipo testemunhal devem ser divididas entre cidadão reivindicador ou cidadão testemunha (2006, p. 194). Na pesquisa em questão, todas ficaram na categoria de testemunha.

O testemunho é a comunicação “que existe entre alguém que teve a experiência directa e imediata de um acontecimento ou de um fenómeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência directa e imediata” (Rodrigues, 2010, p. 1). O efeito específico tanto do testemunho como da transmissão da experimentação é um efeito de natureza informativa, de dar a conhecer a alguém uma experiência a que não teve acesso, diz o autor. Aos que relatam a experiência, é imputada a fidelidade da transmissão.

Os testemunhos, ao longo da história do século XX, configuraram-se num tipo de discurso apropriado para as sociedades e grupos sociais que viveram situações traumáticas e necessitaram de espaços de expressão e de escuta e, em alguns momentos, transformaram-se num género, como, por exemplo, a chamada literatura de testemunho. O testemunho na mídia não constitui necessariamente um relato acabado ou uma recuperação da memória de fatos históricos. É, muitas vezes, um relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas, porém convocado a dar efeito de real ao discurso da notícia ou da reportagem.

O testemunho auxilia na reconstrução discursiva do acontecimento, mas é representado como alguém que não tem a noção do todo. Lage afirma: “Pode-se

testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (dificilmente se terá acesso ao todo) ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os agressores [...]” (2001, p. 12).

As fontes, especialmente as de tipo testemunhal, reforçam os efeitos de realidade pela interpelação de sua experiência. O testemunho emana de um *homo quotidianus*, como afirma Charaudeau (2006, p. 169). Com ele, a instância midiática parece ganhar em credibilidade: “A declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida” (2006, p. 169).

As fontes de tipo testemunhal são irregulares, informais, desorganizadas e raramente integram a agenda de fontes dos jornalistas. Entretanto, muitas vezes, exercem a função de democratizar ou pluralizar a informação jornalística, retirando o fato de sua esfera estritamente institucional, oficial ou hegemônica. A fonte testemunhal difere das demais, porque não surge de uma autoridade ou de um conhecimento instituído, mas sim da opção do repórter de relatar um fato do ponto de vista de uma experiência individual. A parcialidade é outra característica do testemunho. Quanto menos imparcial for, mais envolvente será. O testemunhador “possui o privilégio exclusivo de deter o poder de controlar a veracidade de sua mensagem, pelo facto de ter experienciado directa e imediatamente os fenômenos e os acontecimentos que narra” (Rodrigues, 2010, p. 1).

As fontes testemunhais trazem as histórias de “interesse humano”. A história de uma vítima, por exemplo, muitas vezes é o fio condutor de narrativas sobre acidentes e catástrofes. Permite ao leitor “ver” a partir de um lugar trágico sem que ele tenha que viver a tragédia, o que lhe dá conforto, alívio e segurança.

Importante é ressaltar que aos testemunhos são interditas posturas e discursos explicativos, contextualizadores ou propositivos, ou, ainda, declarações que exprimam revolta, resistência ou oposição. De forma geral, o testemunho tem a função de demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal; afinal nele alguém relata o que viu ou ouviu ou sentiu. Os testemunhos baseiam-se, sobretudo, na representação da sensação bruta, do concreto, do imediato, do instrumental, e não operam com a explicação e o distanciamento dos fatos. A experiência é imputada sempre ao indivíduo e não a uma coletividade. Além do mais, essa vivência é representada como a fonte do sentido, como se fosse independente do discurso (Hartley, 2001, p. 106).

O testemunhador ascende à condição de fonte não pelos seus capitais (culturais, sociais, econômicos ou simbólicos). Quem fala, o faz a partir de sua experiência, e não a partir de seu capital. Por vezes, quem fala como testemunho fala justamente a partir da falta de capitais. Por isso, um efeito do testemunho no jornalismo é dar visibilidade a pessoas não corriqueiramente representadas na cena midiática. Em alguns casos, o capital que eleva alguém à condição de fonte é justamente sua expropriação ou sofrimento. Algumas estratégias tradicionais das fontes (como controlar ou seduzir) não funcionam no caso dos testemunhos, pois dificilmente estarão organizados socialmente e estrategicamente para pensar sua fala.

Considerações finais

As condições de produção do discurso jornalístico na cobertura de uma tragédia são bastante diferenciadas. Há uma política de visibilidade das fontes que varia na medida em que o tempo passa. Tão logo ecloda o problema, há uma escassez de fontes, uma profusão de dados

fragmentados e vários rumores, suposições e hipóteses. Ou seja, na medida em que o acontecimento se desenrola, a política de consulta a fontes se modifica e as fontes testemunhais, por exemplo, vão se tornando rarefeitas.

Mas em qualquer fase da cobertura, o discurso jornalístico vai disponibilizando posições a serem ocupadas pelas manifestações dos agentes sociais. As fontes jornalísticas constituem-se, nesta perspectiva, em locutores que ocupam essas posições já delineadas pelo campo jornalístico. No caso do discurso das revistas sobre desastres, o relato jornalístico constrange sistematicamente cada uma das fontes a lugares pré-determinados. A citação de cada tipo de fonte costuma ter um determinado efeito. As revistas abrem posições ligadas, sobretudo, a valores como poder, experiência e conhecimento. Há especificidades nessa tomada de palavra, como é o caso das fontes que teriam o papel social de decidir e não decidem e das fontes que teriam o papel de explicar, mas também são utilizadas para opinar e tensionar o Poder Público.

Para Sklodowska (1992), há uma relação entre informante e editor em termos de um “delicado balanço entre dar a voz ao outro e tomar a voz ao outro”, já que a voz somente pode ser dada a quem tem “uma história afim com o projeto do narrador oculto”. Assim, nossa reflexão concebe as fontes jornalísticas não como um lugar onde o jornalismo vai passivamente buscar dados para a apuração dos fatos, mas como posições discursivas que têm efeitos previstos. Algumas vezes são posições que se coadunam com os papéis tradicionais dos agentes sociais (como é o caso do expert que explica). Em algumas situações são posições que revelam um jornalismo tímido (como é o caso da fonte autorizada que tervigera). Outras vezes são posições de sujeito que priorizam os efeitos de descrição e efeitos patêmicos, mas não concedem a seus ocupantes um papel cidadão, como no caso das fontes testemunhais.

Entre os testemunhos, fontes majoritárias quando se analisam as quatro revistas, dominam os efeitos da *Descrição*. Entretanto, como afirma Sarlo (2007, p. 48), só uma fetichização ingênua da verdade testemunhal poderia outorgar-lhes um peso maior, “só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta”. Dessa maneira, já que as fontes testemunhais são tão caras na cobertura de desastres, cabe ao jornalismo refletir sobre os efeitos associados a esse tipo de citação e compor, assim, a rede explicativa do acontecimento catastrófico também abrindo papéis que ampliem suas possibilidades de *Opinião*. E, sobre as fontes autorizadas, impõe-se que o jornalismo privilegie um efeito de *Decisão* e não aceite a tergiversação como regra.

O jornalismo se utiliza das declarações das fontes com efeitos discursivos que podem ser análogos ao papel social costumeiramente atribuído, por exemplo, aos representantes do Poder Público, aos cientistas e à população, mas ele também pode orquestrar a construção do acontecimento catastrófico delegando a cada fonte outras posições de sujeitos e outros efeitos discursivos que ampliem a possibilidade de apuração sobre o desastre e, conseqüentemente, de conhecimento sobre suas causas e seus entornos.

Referências

- ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. The political field, the social science field and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and journalistic field**. Polity Press: Cambridge, 2005.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Pathos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DAMASCENO, D. **Me llamo Rigoberta Menchú**: heterogeneidade, hibridismo e relações de poder. Tese (Mestrado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- DUPUY, J. Ainda há catástrofes naturais? **Revista Análise Social**, vol. 41, n.181, p. 1181-1193, 2006.
- LOZANO ASCENCIO, C. **La expresión/representación de catástrofes a traves de su divulgación científica em los médios de comunicación social (1986-1991)**. Tese (Doutorado), Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004.
- LOZANO ASCENCIO, C. Aportaciones para uma historia del acontecer catastrófico. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.ubi.bocc.pt>>. Acesso em: 11 dez. 2011.
- HALL, S. et al. **Policing the crisis**. London: Macmillan, 1978.
- HARTLEY, J. Experiência. In: O'SULLIVAN, T. et al. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Piracicaba: Unimep, 2001, p. 139.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MIGUEL, L. O jornalismo como sistema perito. **Tempo social**: Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 1, 1999.
- RAMOS, R. Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso direto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 7, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2007.
- RIPLEY, A. **Impensável**: como e por que as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- RODRIGUES, A. Comunicação e experiência. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2010.
- SAER, J. La mayor. In: **Cuentos completos (1957-2000)**. Buenos Aires: Seix Barral, 2012.
- SANTOS, J. Da perca do mundo à sociedade dos (mega) acontecimentos. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 8-9, 2005, p. 85-94.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SERRA, J. Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SKLODOWSKA, E. **Testimonio hispanoamericano**: historia, teoría, poética. New York: Peter Lang, 1992.

SPONHOLZ, L. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, set/dez. 2008, p. 591-619.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

